

Pauta: Audiência pública; metas fiscais 1º quadrimestre 2023

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): (10h05min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. Bom dia a todos os colegas vereadores, a todos os nossos convidados, a todos que estão aqui hoje na nossa reunião. A nossa pauta de hoje versa sobre as metas deste 1º quadrimestre. Nós estamos aqui com o nosso convidado, o Rodrigo Fantinel, para nos situar, então, acerca dessas informações, a partir do que a Prefeitura vem prevendo já para este 1ª quadrimestre. A professora Rosa e os alunos da UFRGS também estão aqui; agradecemos a presença e disponibilizamos a vocês que participem também da nossa reunião da CEFOR. O secretário Rodrigo Fantinel está com a palavra.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Bom dia a todos e a todas, é uma satisfação voltar à CEFOR para apresentar os resultados do nosso 1º quadrimestre. A ideia hoje é fazer uma breve apresentação, como a gente tem feito nos quadrimestres anteriores; e aí, depois, obviamente, abrir para questionamentos, perguntas, esclarecimentos. Faço uma saudação especial à equipe da Fazenda, que estou vendo aqui que está acompanhando também, certamente podem me ajudar a responder os questionamentos, mas eu fico à disposição. Vou compartilhar aqui, vereador, fazer a apresentação de forma breve, e posteriormente a gente abre para questionamentos. (Procede-se à apresentação em PowerPoint.) A pauta de hoje é basicamente a mesma dos quadrimestres anteriores, a gente vai falar de resultado orçamentário, da receita e da despesa, depois dos percentuais constitucionais de saúde e educação, questão da despesa de pessoal, um panorama da nossa dívida, falar um pouquinho da situação dos precatórios, resultado primário e nominal, e por fim, o resultado previdenciário. A apresentação também fica disponível aos senhores caso queiram analisar esses dados e pedir esclarecimentos adicionais, a gente não tem problema nenhum também em disponibilizar a apresentação. Entrando inicialmente no nosso resultado orçamentário do primeiro quadrimestre, nossas receitas, tiveram crescimento de 10,5% e totalizaram R\$ 3,8 bilhões e as nossas

despesas empenhadas tiveram um crescimento de 9,5%, totalizando R\$ 4,6 bilhões. Isso resulta num déficit orçamentário de R\$ 816 milhões, ou seja, as despesas empenhadas foram maiores do que as receitas arrecadadas, mas isso é um cenário que é bastante normal no primeiro quadrimestre. Aqui eu trago histórico dos últimos três anos, e aí a gente pode observar o crescimento da Receita e o crescimento da despesa empenhada e o resultado orçamentário de cada um dos quadrimestres. Por que acontece isso de, no primeiro quadrimestre, ter um déficit maior e posteriormente isso é recuperado durante o ano e a gente acaba fechando o ano com superávit orçamentário? Porque as despesas são encaminhadas para o ano inteiro no primeiro quadrimestre, então, por exemplo, se nós temos um contrato de aluguel, a gente já lança como despesa todo o aluguel do ano, embora a receita para suportar essa despesa vá ser arrecadada durante todo ano. Então naturalmente, se pegarmos o histórico da Prefeitura, a gente vai com déficit orçamentário até o mês de setembro, o mês de outubro, e aí depois isso se converte em superávit e a gente acaba fechando o ano com superávit. Nossa previsão para 2023, é fechar o ano com superávit orçamentário também, então embora a gente tenha esse déficit aqui no primeiro quadrimestre, não é nada que gere preocupação. Detalhando um pouquinho a parte da receita então, nós temos que as nossas receitas correntes no comparativo de 2023 com 2022 tiveram um crescimento de 14,2%; receitas de capital, a gente teve uma queda de 64%; as intraorçamentárias ficaram praticamente constantes e o nosso resultado geral, vamos dizer assim, é de 10,5% de crescimento. A gente vai abrir cada uma delas para detalhar um pouquinho mais o porquê desses percentuais, mas já vou adiantando assim: as receitas tributárias ali, que é o primeiro número que chama atenção, 28,4%, ele está fortemente impactado por essa alteração no nosso calendário de arrecadação de IPTU. Até o ano passado nós fazíamos aquela antecipação, e parte do IPTU era arrecadado em dezembro e parte em janeiro; como esse ano a gente não fez antecipação, todo IPTU foi arrecadado em janeiro, e aí obviamente, quando a gente compara janeiro com janeiro, a gente tem uma receita que é maior em 2023. A receita de serviços, basicamente aqui estamos falando a respeito do DMAE, e aí o DMAE, além do aumento de

tarifas, fez um Refis no ano passado, e aí está arrecadando de forma parcelada muito do que foi negociado no Refis, então aqueles 20,3% ali também são decorrência das alterações do DMAE. As transferências correntes têm uma queda efetiva de 7,7%. Em outras receitas correntes, basicamente a diferença desses dois números são aplicações financeiras, a gente hoje tem uma rentabilidade maior, tem um saldo maior em conta e uma rentabilidade maior nas aplicações financeiras. A taxa de juros hoje é bastante alta, e a gente acaba sendo remunerado em 101% do CDI. As receitas de capital tiveram uma queda significativa porque no ano de 2022, no primeiro quadrimestre, recebemos R\$ 41 milhões da CAF, e obviamente isso não se repetiu em 2023, porque é um financiamento específico, aí se a gente compara o quadrimestre, a gente observa esta queda. Mas vamos lá, vamos abrir um pouco mais para a gente enxergar o desempenho de cada um dos tributos próprios aqui do Município. A primeira notícia boa é que o ISS vem performando muito bem, a gente tem um crescimento de 14,1%. Até isso foi dito quando a gente discutiu a reforma tributária na CEFOR, que o ISS hoje é um dos tributos que mais crescem no Brasil, a base de serviços cada vez cresce mais e, infelizmente, o que se vê hoje é uma reforma tributária quer tirar da competência dos municípios do ISS. A gente acha que isso é bastante problemático. Vejam a relevância desse tributo aqui para o Município de Porto Alegre, só no primeiro quadrimestre foram mais R\$ 500 milhões, então nessa projeção até o final do ano é arrecadar próximo de R\$ 1,6 bilhões. Então retirar o ISS dos municípios é tirar a autonomia e obviamente isso tem reflexos na prestação de serviços.

Quanto ao IPTU, aqui de novo ele está fortemente impactado por essa alteração no nosso calendário, então o grosso do IPTU foi arrecadado ali no pagamento à vista, por isso o valor está muito acima do ano de 2022.

No ITBI, a gente efetivamente tem uma queda real, esse número aqui de 2022 está corrigido pelo IPCA, a gente observa uma queda real de ITBI e uma das questões é justamente essa alta taxa de juros que acaba comprometendo a questão do financiamento de imóveis, e aí menos transações são realizadas e menos ITBI é recolhido.

No total dos impostos, fortemente impactado pelo IPTU, a gente tem um crescimento de 27% e a participação desses tributos na receita total do Município chega a 32,1%, que é bastante salutar, demonstra uma certa independência do Município de Porto Alegre com as transferências constitucionais.

Falando em transferências constitucionais, vamos a elas. Então a gente vê aqui as transferências da União, no quadrimestre tiveram uma redução significativa de 7,8%, puxada fortemente ali por uma redução de repasses para o SUS. Então a queda ali é de 12,1%. No Estado, a gente já sabia que isso ia acontecer também, mas a gente tem uma queda significativa de transferência dos Estados, puxada fortemente ali pelo ICMS, que é a nossa principal transferência que vem do Estado e a gente sabe que aquele movimento dos combustíveis se deu depois do primeiro quadrimestre. Então, se a gente compara os dois quadrimestres, a gente vê que em 2023 a gente teve esse valor recolhido menor. A notícia boa aqui ou menos grave é que isso aqui tende a ser recomposto agora, a partir do mês de junho, e aí os números de ICMS tendem a voltar para um patamar mais razoável.

Em relação à despesa, a gente tem aqui o quadro detalhado, e a gente observa que as despesas correntes do Município tiveram um acréscimo de 12,1%, sendo que em pessoal em encargos sociais cresceu 7,1%. Aqui decorrência do dissídio, ao reajuste que foi dado aos servidores. Os juros, encargos da dívida e amortização da dívida com despesa de capital tiveram um crescimento significativo aqui, mas é muito em função de empenhos. Este ano se empenhou essas duas despesas num nível maior do que havia sido empenhado no passado, isso tende a estabilizar durante o ano, quando ocorrer a liquidação dessa despesa.

Inversões financeiras, tem um valor ali que a gente não precisa fazer nenhum aporte de capital na Carris, este ano, então o valor ficou zerado. E as nossas despesas intraorçamentárias são o valor que a gente acaba repassando para o Previmpa para cobrir o déficit do sistema. Então nossa despesa aqui no geral, computando todas as despesas, como eu disse lá no início, tiveram um acréscimo de 9,5%.

Aqui nós temos a despesa aberta por função, e aí a gente pode observar que o principal gasto do Município continua sendo a Saúde, em segundo lugar o saneamento, depois vem a Previdência, depois a educação e na sequência os demais gastos. A gente aqui na tabela não esgotou todas as funções, se não a tabela ficaria muito grande, mas as outras são menos significativas no todo. O que a gente observa aqui de interessante é que a gente tem que fazer alguns apontamentos. Em relação a saneamento, o que a gente observou também, abrindo esse número, é que o nível de empenho em 2023 foi muito maior que em 2022. Então quando a gente olha para a despesa liquidada nos dois quadrimestres, os números se aproximam bastante. Na educação, a gente tem um gasto de 15% maior do que 2022 em função do número de conveniadas que a gente tem incrementado longo do ano até para suprir uma carência de vagas que a gente tem no Município. A Assistência Social continua crescendo bastante. Isso é importante, significa que a gente, realmente, tem um olhar para a causa social. A gente até colocou uma campanha na rua esses tempos aí, para mostrar efetivamente o que o Município tem feito em relação a isso. Isso, obviamente, se reflete na despesa. Outro número que chama a atenção é o transporte. No transporte, o que é que a gente fez aqui? A gente fez uma migração. Nós antes custeávamos os valores do transporte em cargas especiais, e agora a gente trouxe para a função correta, então é um valor 103% a maior, porque a gente fez essa reclassificação, até para passar o custo do transporte dentro da função e começar a enxergar isso aí de forma mais transparente, vamos dizer assim. A questão de habitação, a gente também tem obrigações patronais em relação a servidores do DEMHAB, que também foram empenhadas nesse primeiro quadrimestre para todo o ano e acabaram contaminando um pouquinho aquele número, elevando para um crescimento de quase 97%. Em relação ao gasto constitucional com saúde, a gente observa que a gente está num patamar um pouquinho acima de 2022 e um pouquinho abaixo de 2021, lembrando que, em 2021, a gente ainda estava fortemente impactado pela pandemia, e observa-se que as despesas com saúde, ou investimento em saúde, porque despesa acho que é um termo inadequado, porque a gente acaba colocando muito dinheiro lá

para melhor atender à população, teve um crescimento de 16% no quadrimestre. Nós temos uma obrigação constitucional, só para deixar claro para todos, de gastar 15% em saúde. Obviamente que isso se dá até o final do ano, e a gente não vai ter dificuldade nenhuma de chegar nesse patamar. Os números, neste momento, já nos projetam para um percentual acima de 20% no final do ano.

SRA. ROSA ANGELA CHIEZA: Secretário Rodrigo, desculpe atrapalhar, mas nós estamos com 99 pessoas no *chat*, e algumas pessoas estão com o microfone aberto, e está bem difícil de ouvir. Seria importante solicitar que as pessoas fechassem o microfone para não comprometer a sua comunicação. Muito obrigada.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Está *ok*, eu não sei se o pessoal da CEFOR que está organizando não consegue fechar os microfones.

SRA. ROSA ANGELA CHIEZA: Temos cem pessoas na sala neste momento, é muito importante.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente está tentando fechar os microfones, só que continuam mantendo abertos.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Pessoal, quem puder fechar os microfones ajuda bastante. Saúde eu acho que eu comentei, então, vamos para educação. Para quem se recorda, quem tem o acompanhamento dos anos anteriores, em 2021, nós tivemos dificuldade de alcançar os 25% obrigatórios na educação, e, se a gente olhar aqui na tabela, a gente vê que o percentual era bem inferior. Em 2022, a gente conseguiu fazer a recomposição desse gasto, compensando, basicamente, o que não havia sido aplicado em 2021. Em 2023, agora, a gente tem mantido o gasto. O valor aplicado em educação teve um crescimento, em relação a 2022, de 13,3%, que é um crescimento importante, e aqui, novamente, a gente tem obrigação constitucional de chegar a 25%, e as

projeções atuais indicam que a gente vai passar desse patamar, então também não é um objeto de preocupação. Embora sejam números parciais do ano, porque nós estamos considerando somente o primeiro quadrimestre, certamente, quando chegar no final do ano, a gente vai ter aplicado mais do que os 25%, que são obrigatórios. Em relação à despesa de pessoal, a gente tem uma situação muito tranquila hoje no município de Porto Alegre, a gente está no patamar 38,9%. Contudo, a gente tem hoje uma sinalização que nos deixa bastante preocupados, que é esse ofício do Tribunal de Contas que foi encaminhado para todos os municípios, dizendo que as parcerizações da Secretaria da Saúde também têm que ser incluídas na despesa de pessoal. Obviamente, a gente está fazendo todos os estudos, e tem que fazer alguns procedimentos contábeis para separar os contratos de parcerização, o que é pessoal e o que é insumo, para a gente poder fazer essa conta e verificar para que nível vai a nossa despesa de pessoal. Se nós incluíssemos todos os contratos sem essa segmentação de insumos e pessoal, a gente projeta 47,9, mas, certamente, o número vai ser menor do que esse, porque a gente vai ter que segmentar esses contratos. Hoje a situação é bem tranquila, mas com esse sinal de preocupação em relação a esse ofício que foi encaminhado pelo Tribunal de Contas para todos os municípios. A nossa dívida consolidada líquida é que é uma situação um pouco fora do comum. Hoje o município de Porto Alegre tem mais disponibilidades do que dívidas, então a gente fica com uma situação negativa ali. A gente poderia ter até 120% da nossa receita corrente líquida de dívida, e a gente tem uma situação hoje que é negativa, ou seja, de dívida líquida, a gente não tem dívida, tem uma situação que é positiva, nossas disponibilidades são maiores do que a dívida, o que demonstra que Município está pronto e preparado para se endividar no sentido de captar financiamentos para que a gente possa fazer investimentos na cidade, e é justamente esse movimento que está se fazendo com organismos tanto nacionais quanto internacionais. O pessoal da SMPAE está acompanhando também e depois pode dar mais algum esclarecimento em relação a isso caso apareça alguma questão que a gente

precise esclarecer. É uma situação bastante confortável em relação ao endividamento do Município.

Em relação aos precatórios, a nossa situação vem melhorando ano a ano. Nós tínhamos, no início de 2021, um saldo de precatórios a vencer de R\$ 330 milhões e, no início deste ano, esse saldo já está em R\$ 225 milhões. Quando a gente fechou o primeiro quadrimestre em 2021 nós tínhamos R\$ 307 milhões de precatórios a pagar; hoje nós temos R\$ 205 milhões, também é uma conta que está adequadamente monitorada e cada vez mais a quantidade de precatórios está se reduzindo. Isso é importante por dois fatores: primeiro que é menos recursos que a gente tem que colocar aqui e obviamente sobra mais recursos para os nossos serviços finalísticos; segundo demonstra que não tem entrado precatórios que aumentem o nosso estoque, então eventuais problemas que pudessem gerar precatórios não têm ocorrido aqui no Município de Porto Alegre nos últimos anos e a situação está bem equalizada.

Aqui é o resultado primário, nosso resultado nominal, também é uma meta que a gente tem que alcançar: resultado primário de R\$ 613 milhões, e resultado nominal de R\$ 672 milhões. Um pouquinho acima o resultado nominal do ano passado e o resultado primário, tem aí um acréscimo significativo em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado. Aqui também a situação é bastante confortável, a gente não vai ter dificuldade de alcançar as metas que estavam dentro da LDO.

Por fim, nosso resultado previdenciário. Não sei se todos os alunos da UFRGS têm conhecimento, mas a maioria das pessoas tem, nós temos dois regimes de previdência no Município de Porto Alegre. Um de repartição simples e um de capitalização. O de repartição simples é um regime para os servidores que estão há mais tempo na Prefeitura, que ingressaram até o ano de 2001; e o de capitalização é para quem ingressou a partir do ano de 2001. O nosso problema, do ponto de vista financeiro, só existe no regime de repartição simples, porque o que falta de dinheiro para pagar os benefícios a Prefeitura tem que pagar, e no capitalizado, primeiro, não falta, a gente acaba recolhendo mais do que a gente tem de despesa, então existe um superávit no sistema capitalizado enquanto

que no regime de repartição simples tem um déficit bastante importante, que a gente precisa botar um volume de recursos significativo por quadrimestre no Previmpa. Vejam que no primeiro quadrimestre as receitas do regime de repartição simples foram de R\$ 490 milhões e as despesas de R\$ 486 milhões; aqui é uma conta que propositadamente empata, porque tudo que precisa botar dinheiro lá para cobrir as despesas a Prefeitura acaba colocando, e agora coloca por dentro do orçamento, a gente fez essa mudança no ano de 2022, por isso que, se compararmos, 2021 tinha um resultado orçamentário de quase R\$ 400 milhões negativo e aqui ele praticamente fica zerado, porque a gente fez essa alteração no final do ano de 2021 para vigorar a partir do ano de 2022. No regime capitalizado a gente observa que houve um crescimento significativo, em função da própria reforma da previdência que acabou colocando a contribuição dos inativos também, trouxe para a realidade do município de Porto Alegre, já era uma realidade na União e no Estado, agora o Município de Porto Alegre também tem a contabilização de receitas provenientes de contribuição de inativos, então tem um aumento significativo; e nas despesas, como a gente fez uma ressegregação de massas, a gente trouxe mais pensionistas do regime de repartição simples para o regime capitalizado, e a gente está gastando mais nesse primeiro quadrimestre em função do pagamento dessas pensões que migraram para o regime capitalizado, mas a gente continua tendo um resultado bastante positivo no regime capitalizado, que é o que se quer. A gente quer que o regime se mantenha ao longo do tempo e continue com condições de pagar os benefícios para os servidores. O regime de repartição simples hoje está em extinção, vai ser paulatinamente diminuído e o regime capitalizado cada vez vai crescer mais, e crescerá de forma equilibrada acabando por auxiliar as nossas finanças.

Acho que era isso que eu tinha para colocar, fico à disposição para perguntas, Ver.^a Mari, Ver.^a Biga, por favor, estou à disposição, se precisar compartilho de novo a apresentação para voltar alguma determinada lâmina, mas era isso.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, secretário Fantinel. A partir dessa apresentação, é obvio que a gente sabe como se organiza também esses dados, e tem ali algumas explicações que foram dadas, inclusive do que era para ter entrado, digamos o cálculo, se a gente for comparar, o IPTU mudou, porque este ano entrou em janeiro, não teve a antecipação, assim como os impactos: DMAE, enfim, reforma da Previdência, isso tem referência na leitura. Mas, de toda forma, percebe-se que o que se tentou aqui apresentar é que a Prefeitura, com os dados financeiros, nos coloca numa situação confortável, digamos assim, para trabalharmos daqui para frente. Então, nós estamos com a sala lotada, estamos com 101 participantes logados aqui. Temos vários alunos da UFRGS, a gente agradece a presença de vocês, para os alunos de outras instituições também. E nós abrimos, portanto, aos nossos vereadores para opiniões, perguntas, enfim, assim como a professora Rosa também, fique à vontade para se inscrever. Temos aqui o Róber, que está inscrito.

SR. RÓBER ITURRIET AVILA: Eu sou professor da UFRGS também. Eu cumprimento a todos, os alunos, os vereadores e o secretário. Queria trazer duas questões rápidas com relação à exposição do secretário Rodrigo. Primeiro, com relação à questão dos contratos das parcerias do SUS, eu fiquei com uma certa curiosidade com relação a isso, se há uma referência, não precisa ser exata, de quantos por cento seria dessas, principalmente com relação à pessoal, quantas pessoas estariam envolvidas em contratos terceirizados, se poderia detalhar um pouco isso.

Uma outra questão que eu fiquei também curioso é com relação ao aporte que é efetuado pela Município no regime de repartição, se há algum detalhamento desse aporte, porque ali parece que está uma situação equilibrada, mas, se é possível a gente verificar em algum registro, quanto que é esse aporte, dar o número, porque tenho essa curiosidade. Obrigado.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Róber. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Só tenho uma pergunta. Pelo que eu entendi, são R\$ 88 milhões de gastos no transporte, não sei, corrija-me, Rodrigo, essa é a minha dúvida: vocês não apontaram nada para Carris este ano? É isso? E esses R\$ 88 milhões seriam referentes ao que então? Subsídios para empresas privadas? O que seria isso? Ou teve para a Carris e eu escutei mal? Essa é uma questão somente.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu vou passar para professora Rosa, depois, eu devolvo ao Fantinel para responder essa bateria de três intervenções e a gente continua aberto para inscrições. Professora Rosa, bom dia, fique à vontade, por favor.

SRA. ROSA ANGELA CHIEZA: Bom dia a todos; bom dia Ver.^a Biga, demais vereadores, bom dia secretário Rodrigo, já cumprimentando o *staff* da Prefeitura e um bom dia muito especial aos alunos que estão aqui, apesar de ter organizado o convite na sexta-feira e final de semana. E bom dia professor Róber, meu colega, hoje o professor Diogo não pôde porque colidiu com as agendas. Mas eu tenho também questões que eu queria colocar. Uma é essa questão que o secretário colocou das despesas de pessoal e a inserção no cálculo para o gasto de pessoal, vou fazer um pouco o lado professoral, tem vários alunos aqui de vários semestres, é o gasto de pessoal sobre a receita corrente líquida, esses 38% que é um dos limites que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece. A minha preocupação, secretário Rodrigo Fantinel, é... Bom, se o Tribunal de Contas – eu não vi o documento – está exigindo que se coloque o gasto de pessoal com parcerização, eu suponho que parte dessas parcerizações estejam sendo financiadas com transferência do SUS, e assim sendo o denominador que a receita corrente líquida também será acrescida. Estou fazendo essa pergunta caso tenhas alguma informação desse documento do TCE. Ele considera a variável também no denominador, que é a receita. Então, essa é uma preocupação.

A outra é em relação à renúncia de receita. Recentemente aconteceu uma reunião de trabalho na CEFOR, e, naquela ocasião, a CEFOR solicitou, encaminhou à Secretaria da Fazenda, através da área da receita, para abrir os dados sobre a renúncia de receita. Vejam que esse é um tema muito importante, aparece transporte, naquele momento o representante da Prefeitura mesmo colocou que a maior renúncia de receita em Porto Alegre é com as empresas privadas de transporte. E quando a gente ouve discursos de que a Carris é ineficiente porque precisa do caixa da Prefeitura, então, tem que ver o que é ineficiência, porque o setor privado também está precisando de caixa da Prefeitura.

Não quero abrir esse debate aqui, eu apenas quero dizer que existe a [Lei Complementar nº 187, de dezembro de 2021](#), e os entes públicos estão se organizando para divulgar o nome das pessoas jurídicas, lei e valor, que recebem renúncia.

E a Receita Federal, para nossa grata surpresa, começou a fazer essa divulgação, agora, neste mês de maio. Nem consegui olhar todos os dados ainda, porque o número de empresas é bastante grande; é claro, é relativo à União. Então, eu vou colocar o *link*, daqui a pouco, no *chat*, e pode ser uma boa inspiração, tanto para os vereadores, que têm a função não só de legislar, mas também de fiscalizar, como, talvez, um caminho aí para o Executivo, para a Receita Estadual, se quiserem seguir aquele mesmo padrão.

O segundo aspecto, que é uma pergunta rápida também, quantas creches comunitárias nós temos, hoje, secretário? Só para saber, porque na semana que vem começa um curso, que vamos fazer, sobre educação fiscal e cidadania para os jovens que são inscritos no POD, que são jovens carentes, lá no Centro de Promoção da Criança e Adolescente. E, apesar de a gente saber qual é o conteúdo de educação fiscal e cidadania, nós passamos uma tarde conversando com eles sobre o que é que eles queriam saber no curso, quais eram as perguntas, enfim. E me chamaram muito a atenção duas ou três questões, mas uma delas é que um aluno pergunta: “Por que eu não tenho asfalto na minha rua? Por que quando chove piso no barro?” Eu faço essa pergunta porque a

gente olha as contas, e, de fato, parece que estão muito saudáveis, mas, do outro lado, a função do poder público qual é? E a outra questão, que é muito chocante, eu ouvi de um aluno negro, um jovem negro, e ele me perguntou: “Eu quero saber quando eu vou sair de casa para ir para a escola e deixar de encontrar um corpo negro, de meu colega preto, morto ao lado da escola pelo tráfico?” Então, são questões complexas, a gente sabe que envolvem muitas políticas, não envolve só o Município, envolve outras esferas, mas eu quero mostrar um pouco a realidade. E os alunos de Economia que estão aqui sabem que se nós sonhamos em transformar o mundo, a gente precisa começar conhecendo a cidade onde nós moramos e, quem sabe, melhorar um pouquinho qualidade de vida do futuro do que nós chamamos, se é que nós consideramos, os nossos jovens. Então, é apenas uma reflexão, e essas duas perguntas bem objetivas que eu coloco. E a sugestão do *link* de onde estão os dados das empresas que recebem renúncia de receita da União, que eu já vou colocar aqui no *chat*. Muito obrigada a todos. Também queria estimular algum aluno a fazer alguma pergunta, mesmo que não tenha conhecimento, mesmo que muitas vezes não tenha um conhecimento apurado de contas públicas, há alunos que não fizeram ainda a disciplina de Economia do Setor Público, lá com o professor Róber e nem comigo, mas encorajar a participar, trazendo questões. Obrigada.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, professora Rosa. Nós tivemos aí, então, a fala, a pergunta, o questionamento do professor Róber, da professora Rosa e do Ver. Robaina, que são sobre essa situação de ser apresentado esse orçamento do primeiro quadrimestre, e a professora Rosa faz essa analogia, que os números mostram uma situação aparentemente confortável, mas, ao mesmo tempo, ela nos traz essa situação real: onde a Prefeitura está investindo, na medida em que os números estão confortáveis, mas a vida é dura, a vida não é confortável? Eu confesso que eu estou extremamente desconfortável com a situação, por exemplo, da saúde. Antes de começar a nossa reunião, eu conversava com o Ver. Bosco, e eu não só não estou confortável, como eu estou extremamente preocupada com essa situação

da saúde dos nossos pequenos. Hoje, nós temos dois únicos hospitais que atendem UTI pediátrica. E nós tivemos a situação, ontem, de pediatras pedindo demissão, a saúde mental chegou no limite pela falta de recursos humanos. Embora a Câmara de Vereadores tenha votado e aprovado a liberação para a contratação de novos profissionais para a Operação Inverno, tudo bem que o inverno, digamos, do ponto de vista do calendário, ele começa o mês que vem, nós sabemos que maio é o pico em que as crianças adoecem, e está aí a vida comprovando hospitais com superlotação, com crianças, inclusive, perdendo a vida. Então, não tem como nós avaliarmos o orçamento sem avaliarmos os investimentos de onde eles estão sendo feitos objetivamente. As transferências, as renúncias de receita que a prof.^a Rosa nos traz, que nós discutimos na nossa reunião passada, como é que ela está se dando, e esse debate sobre saúde, sobre creche, sobre transportes, como é que se dá. Então, estão aí as perguntas, secretário Fantinel, nós lhe devolvemos e mantemos aqui as inscrições abertas.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: *Ok, vamos lá, então, por partes. Vou começar pelas duas perguntas do prof. Róber. Por favor, pessoal, se eu esquecer de responder alguma coisa que vocês tenham perguntado, voltem aqui, porque eu anotei tudo aqui, mas, daqui a pouco, eu posso ter me passado. O prof. Róber perguntou em relação aos contratos dos SUS, em relação ao percentual, o quanto é pessoal e o quanto é insumo, e outras questões. Eu não sei esse número neste momento. O que a gente tem? A gente tem inclusive uma reunião agendada com o secretário da saúde esta semana para a gente começar justamente a fazer abertura desses contratos. Mas a lógica diz que muito maior deve ser o gasto com pessoal do que com os insumos. Então, eu estou indo pela lógica, porque a gente contrata médicos, enfermeiras, etc. e insumos também, mas a despesa com pessoal certamente é a mais pesada aí nesses contratos. E por isso também a preocupação em relação a despesa de pessoal total do Município. O que a gente vai fazer agora, em conjunto, com a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Fazenda, o pessoal da contabilidade vai trabalhar em conjunto com ele, justamente para gente fazer essa segmentação e conseguir*

enxergar, dos contratos, o quando a gente precisa contabilizar com despesa de pessoal.

Em relação ao aporte do regime de repartição simples, e até eu estava olhando a apresentação, eu acho que isso é uma melhoria que a gente pode trazer no próximo quadrimestre para deixar isso claro. Eu tenho os dados aqui, mas não estava na apresentação, acho que é importante que fique na apresentação, até para não precisar perguntar isso para nós, e não temos dificuldade nenhuma de abrir.

Do valor ali que constava na apresentação, de R\$ 490 milhões, que foi a receita do regime de repartição simples no primeiro quadrimestre, R\$ 424 milhões foram os valores que a Prefeitura, ou o Tesouro, teve que aportar no Previmpa, R\$ 63 milhões vieram de contribuições dos segurados. Então, dos R\$ 490 milhões, R\$ 424 milhões são aportes do tesouro para regime de repartição simples. Então, na verdade, não se tem um equilíbrio, está muito longe de se ter um equilíbrio, mas assim, quando se fez essa segmentação dos dois regimes, sabia-se que essa transição seria uma conta pesada, mas ela, vamos dizer assim, nesse momento, a curva meio que se estabilizou e começa a decair, a gente começa a ter uma situação mais favorável do que nós tivemos até a uns anos atrás.

Acho que era isso, prof. Róber, não sei se esqueci de algum aspecto, não sei se o senhor quer fazer algum comentário.

SR. RÓBER ITURRIET AVILA: Sim, por favor, na verdade a minha dúvida é com relação ao SUS. Claro que você não tem o número na cabeça, eu queria apenas tem uma referência. Qual é a fração desses servidores terceirizados em relação ao pessoal? Se são 10%, 20% que são terceirizados com relação ao total de pessoal da Prefeitura.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Também não sei, eu posso questionar o secretário, a gente vai ter uma reunião esta semana, posso ir atrás desse número e até lhe passar depois, mas não sei lhe responder. Não sei quanto do total de

colaboradores são terceirizados e quantos são os servidores. Vou até anotar aqui para lhe trazer a informação.

Depois o Ver. Robaina perguntou a questão do transporte. Na função transporte, a gente tem R\$ 83 milhões, não R\$ 88 milhões, mas é quase a mesma coisa. O que são esses R\$ 83 milhões? Primeiro, não é que a gente não passou o dinheiro para a Carris; a gente não precisou fazer aporte de capital na Carris, porque a Carris, assim como as empresas privadas, tem um problema hoje. O problema é o seguinte: a nossa tarifa técnica em Porto Alegre deveria ser R\$ 6,00 e alguma coisa – não me recordo exatamente qual é o número, mas seria R\$ 6,00 e alguma coisa –, opção nossa foi manter a tarifa nos R\$ 4,80. Então, cada usuário que passa na roleta, a gente, em tese, tem uma diferença a pagar, porque a gente optou por manter essa tarifa congelada, a tarifa técnica é R\$ 6,00 e pouco, então tem uma diferença a pagar. Aqueles R\$ 83 milhões, isso não significa que a gente já passou R\$ 83 milhões para as empresas, inclusive a Carris no primeiro quadrimestre, significa que a gente reservou esse montante para fazer isso durante o ano. O que vai acontecer durante o ano é que você tem uma prestação de contas à medida que os usuários vão usando e a gente tem todo mês que fazer esse cálculo e ver quanto precisamos passar para as empresas para cobrir essa diferença de tarifa. Esse é custo, vamos dizer assim, de mantermos a passagem congelada em Porto Alegre. O custo do transporte é maior do que pagamos hoje na roleta, e a diferença a Prefeitura está aportando, e a estimativa que temos para este ano é de algo perto dos R\$ 83 milhões, que é o valor empenhado ali. Então, não significa que já foi pago, mas provavelmente será pago durante o ano para todo mundo que opera com transporte, independente de ser público ou privado, para a Carris também e para as empresas também.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Isso dá maios ou menos 30% para a Carris e 70% para as provadas? Vocês têm esse cálculo?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Eu acho que é menos. Eu acho que a Carris é um pouco menos, mas posso estar equivocado, talvez em torno de 22 ou 23%.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Que é o que ela é responsável no sistema, na verdade.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Em tese é proporcional. Como já estávamos pagando para todos... (Problemas na conexão.)

Em relação às perguntas da Prof.^a Rosa, primeira questão, sobre a despesa interpessoal, se vamos incrementar na conta o numerador e o denominador. Eu acho que vamos incrementar só o numerador, porque, na receita corrente líquida... (Problemas na conexão.) do SUS já estão incluídas. Então, o denominador não vai fazer diferença. Mas o que gastamos com pessoal terceirizado nas parcerizações vai ter que incrementar no numerador.

Em relação à outra pergunta que a senhora fez, quantas creches comunitárias temos, não sei responder. Posso ir atrás da informação, posso perguntar para a SMED, mas hoje não sei lhe responder realmente, fico lhe devendo.

SRA. ROSA ANGELA CHIEZA: Secretário, como essa resposta vai ficar a *posteriori*, por gentileza, se for possível, me passar essa informação por bairro. Não querendo abusar boa vontade, sei que dá muito trabalho, mas talvez a Secretaria de Educação já tenha isso pronto. Eu tenho alunos levantando dados por bairros na cidade, inclusive usando bastante o site da Prefeitura.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: A senhora quer saber quantas creches comunitárias existem em cada bairro? *Ok.*

Acho que era isso, Ver^a Abigail. Não sei se a senhora quer alguma outra consideração? Eu anotei a sua referência em relação à preocupação com saúde. Só para concluir o raciocínio, acho que o *slide* 11, depois vocês podem pegar a apresentação, fica bastante claro onde a Prefeitura está investindo: tem a

despesa por função e se consegue ver de todos os R\$ 4,6 bilhões que foram empenhados onde a Prefeitura investiu. Ficamos à disposição também para abrir maiores detalhamentos caso necessário.

SRA. ROSA ANGELA CHIEZA: Só faltou o tema da renúncia das pessoas jurídicas. Quando a Prefeitura vai ser pioneira nos municípios, quando ela vai adotar a linha de frente nos municípios de Rio Grande do Sul? Desconheço de tem outro. Obrigado.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Acho que há duas questões que estão muito ligadas à transparência e que temos que trabalhar para isso. Uma é a questão da renúncia, e acho que é uma tendência nas administrações tributárias, não só na União, mas acho que as demais também vão por esse caminho; e outra é a questão da dívida ativa, porque é importante também que todos saibam quem deve para a Prefeitura. Como esses dados não são protegidos por sigilo, acho que agrega para todo mundo saber, por exemplo, quem paga IPTU no meu prédio, quem não paga, porque isso acaba tendo reflexo nos serviços prestados à comunidade. A questão de disponibilizar também os devedores da Prefeitura vai na mesma linha da parte da renúncia de receita. Acho que é importante que isso fique bem transparente. Quando a gente define políticas públicas, muitas vezes, a própria Câmara de Vereadores tem essa atribuição de definir e aprovar determinados projetos, é importante que se tenha essa noção do todo para melhor tomar as decisões.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Secretário, aqui no *chat*, a Karina faz uma pergunta sobre as transferências do SUS, se elas já estão na receita corrente líquida.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Sim, foi o que eu coloquei.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu queria que você também esclarecesse um pouco mais a questão das parcerizações. Qual a proposta ou o que altera no balanço de vocês? O que passa a fazer parte, é na transferência relacionada à contratação dos funcionários, das despesas com RH?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Ver.^a Abigail, uma das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal é que a gente faça um acompanhamento permanente sobre o nível de despesa de pessoal, e dependendo desse nível de despesa de pessoal, a gente acaba tendo algumas restrições de coisas que a gente pode fazer e não pode fazer, inclusive em termos de contratação. O limite de alerta para os municípios hoje é em torno de 48%; Porto Alegre está, hoje, bem abaixo desse limite, o nosso número é 38%, então a gente teria uma folga considerável em relação a esse limite de alerta. O que acontece? Teve uma decisão recente no STF e depois uma consulta de um município ao Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas acabou se manifestando no sentido também, que os terceirizados, as parcerizações, o gasto de pessoal que está embutido ali, tem que ser incluído também no gasto de pessoal do município, porque embora esse serviço não seja prestado por servidores, ele acaba sendo prestado por agentes privados, mas isso aí tem que ser considerado também despesa de pessoal do município. Qual é a questão hoje? Por que a gente não faz isso de imediato? Porque a gente precisa identificar em cada um desses contratos, quanto do valor do contrato se refere à despesa de pessoal e o quanto se refere a outras despesas, insumos e etc. Claro que isso aí vai dar um trabalho, mas está colocado hoje, como entendimento do Tribunal, que isso precisa ser feito, precisa ser contabilizado dessa forma. Então, provavelmente, quando eu voltar aqui na CEFOR para apresentar os números dos próximos quadrimestres, se a gente incorporar esses terceirizados, vamos dizer assim, no nosso custo de pessoal, aquele nosso percentual vai aumentar, ele vai sair dos 38% e vai para um número mais alto. E a gente já fez um cenário bastante pessimista para ver... Se nós simplesmente pegássemos todos esses contratos, sem fazer essa segmentação, e jogasse eles como despesa de pessoal, isso aí chegaria 47,9%,

lembrando que o limite de alerta é 48%. Então a gente vai ficar muito próximo desse limite de alerta se nós colocarmos o contrato cheio. A gente sabe que o contrato cheio também não é o ideal, porque ali tem outras despesas que não são despesa de pessoal, então a gente vai ter que, em cada contrato, fazer essa segmentação de quanto... Vamos um exemplo, só para ficar claro: o contrato é 100, de 100, 75 é pessoal e 25% é insumos. Então nós temos que pegar aquele contrato e contabilizar mais 75% para despesa de pessoal. Mas é esse o entendimento do Tribunal de Contas e agora nós temos que tomar as providências para ver o quanto isso vai representar nessa despesa pessoal.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Nessas contratações das terceirizadas, a Prefeitura, nos seus contratos, responde subsidiariamente (Problemas na conexão.) às reclamações trabalhistas, digamos, aos pagamentos dos funcionários terceirizados?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Eu acredito que sim. Já tivemos problemas, inclusive, com alguns casos.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu pergunto também, secretário, esse debate todo em torno da educação: a professora Rosa nos traz esse debate muito presente, do déficit de creche, e que hoje a Prefeitura tem, dito pelo próprio prefeito, priorizado a contratação, a compra de vagas, em detrimento da manutenção de uma creche ou abrir novos espaços de creches. Então, essa é uma pergunta que eu lhe faço. Isso, do ponto de vista econômico, tem sido, digamos, uma forma mais saudável de resolver as compras de vagas, os valores das compras de vagas? Outra pergunta em relação à questão da educação: essa quantidade gigante de livros, caixas e caixas de material didático, de livros que chegaram em muitas escolas, as chamadas telas interativas, que chegou a ser aventado um superfaturamento nos valores que nos chamam atenção, essa compra, ou isso, está dentro do repasse, está dentro desses números que você

apresenta aqui para nós, dentro da educação? Qual foi o gasto que se teve, efetivamente, com esse material que foi entregue recentemente nas escolas?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Em relação à política educacional, eu acho que seria mais interessante conversar com a secretária Sônia, tem a possibilidade de detalhar um pouquinho mais. Mas vamos lá, sob o ponto de vista econômico, a parcerização, enfim, a compra de vagas, ela é mais econômica para o município, não tem dúvida, porque nós temos justamente essa questão de despesa de pessoal, que acaba nos apertando caso a gente não comprasse vagas, além da estrutura toda que tem que se montar. Então, do ponto de vista econômico, não tem dúvida que ela é o melhor caminho, sem entrar no mérito da questão educacional, em si, aí realmente deixo para secretária Sônia fazer os esclarecimentos. Em relação à despesa com Educação, todos esses investimentos que estão sendo feitos na Educação são contabilizados como despesa de Educação. Então, eles estão dentro daqueles R\$ 358 milhões que foram contabilizados como MDE no primeiro quadrimestre. Agora, fazer o detalhamento do quanto... Na verdade, toda essa despesa que a senhora citou em telas interativas e livros, se não estou enganado, acho que são despesas realizadas em 2022, e agora a gente está trazendo aqui o primeiro quadrimestre de 2023; então, imagino que nesses R\$ 358 milhões não tenha valores correspondentes a esses investimentos, mas a gente pode abrir o número também, tentar, vamos dizer assim, “explodir” os 358 e demonstrar tudo que está ali dentro.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Digamos que fiquei na mesma! Tem uma dúvida da Mirela. Existem indicadores que apontem a vantajosidade dessas parcerias na saúde, Danniel Zurita pergunta.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Já respondo ao Daniel; Ver.^a Biga, qual é a dúvida que a senhora disse que ficou na mesma.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): São muitas aqui, porque de verdade é isso, não fica claro, e aqui a sua indicação é para que a gente converse com a secretária Sônia; sim, vamos convidá-la para vir conversar conosco, porque temos muitas questões relacionadas à Saúde, notadamente creche, mas especialmente (Ininteligível.) visitei algumas escolas e me assustei ao ver que as telas interativas estavam dentro de uma caixa que sequer tinha sido aberta, porque na escola não tinha uma parede que comportasse uma tela daquele tamanho, não existia, a escola não tinha nenhuma parede que comportasse; outras não tinham um tomadas que comportasse a ligação; outras não tinham internet, ou seja, num primeiro momento vê-se uma falta de planejamento, no mínimo isso, certo? Mas, de qualquer forma, olhando a matéria que o próprio Tribunal de Contas aponta, divulgada amplamente na nossa imprensa, é oficial, digamos assim, também se vê um número bastante alto, e se justifica que foram materiais de qualidade; no entanto, quando a gente vai às escolas, a gente vê os livros, as caixas fechadas, caixas, caixas e caixas de livros que as professoras dizem que não vão usar. Então, a pergunta que eu fiz foi também do ponto de vista econômico, de onde saiu a verba para que aquisição desses materiais? Onde ela está nesse orçamento que o senhor nos apresentou aqui? Ela está dentro do quê? E um valor tão alto para tanto material desnecessário, aspas, eu digo, porque sou da tese de que nas escolas tem que chegar a tecnologia, tem que chegar sim, nós precisamos inovar; agora, para isso tem que ter planejamento, tem que saber onde investir. Neste momento, achamos – eu poderia dizer numa frase – vamos abrir, dar transparência para a questão das renúncias fiscais, vamos enfrentar o problema de falta de creche no Município ou a questão da contratação de profissionais na área da Saúde, aí é uma questão de escolha, fazer política é uma decisão de escolhas. Mas, de qualquer forma, do ponto vista econômico, financeiro, não está claro para mim de onde saíram esses valores para as compras das telas interativas e dos materiais didáticos, caixas e caixas dentro das escolas. Mas vou perguntar para a secretária Sônia, sem dúvida. Mais algum vereador deseja se manifestar?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Deixe-me esclarecer isso, Ver.^a Abigail. Vamos lá, nós estamos na CEFOR apresentando o balanço das finanças do 1º quadrimestre. Eu posso responder qualquer pergunta em relação a isso. Se a senhora quiser discutir política educacional, acho que não é esse o fórum e não é esse momento. Em relação a sua dúvida, vou tirar, de forma bastante expressa, (Ininteligível.) todo esse valor que a gente gasta com Educação saí de receita de impostos e transferências; 25% de impostos e transferências são gastos com a Educação. Entra toda a receita de impostos e transferências, a gente separa 25% e aplica em Educação; separa outros 15% e aplica em Saúde. Do ponto de vista da origem dos recursos, a origem é essa, agora, assim, se a compra é essa, se a senhora acha que deveria ser outra, se o problema é da parede que não suporta tela, aí não é comigo, entendeste? Aí a senhora realmente tem que conversar com a Secretária Sônia, porque eu trago os números aqui, a minha parte é a financeira.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Na parte financeira. A minha pergunta foi bem objetiva, secretário, perguntei se eles estão dentro desses números que o senhor apresentou. Não estou discutindo a política educacional, vou discutir com a secretária Sônia. Eu perguntei objetivamente se essas telas, esses valores gigantes que foram apresentados pela imprensa, se eles estão contidos nesses valores que a senhor que nos apresenta, assim como as caixas e caixas de livros. Sobre a parede, vou discutir a falta de planejamento com a secretária Sônia. Estou discutindo do ponto de vista econômico, financeiro e do balanço aqui apresentado. O senhor já me respondeu..

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Esses investimentos devem ter sido feitos no ano de 2022, então eles devem estar dentro daqueles trezentos e dezesseis, porque eu não sei se foi no primeiro quadrimestre, mas em relação ao que foi aplicado no ano de 2022, com certeza, esses investimentos estão lá contabilizados.

Respondendo à pergunta do Danniell; se existem indicadores que apontem a vantajosidade dessas parcerias na saúde. Na verdade, a gente tem alguns indicadores; primeiro, todas as parceirizadas tem indicadores de produção. Então eles têm que ter um nível de produção. Qual é a vantagem dessas parcerias na saúde? É que elas são contratadas para ser entregue um determinado nível de serviço. Então, por exemplo, se tem que ter dois médicos atendendo num determinado posto, e um dos médicos fica doente; a terceirizada lá, a parceira, tem que levar um outro médico para substituir aquele médico que ficou doente. Se são servidores aqui do Município, e a pessoa fica doente, muitas vezes a gente não tem como tirar um médico de um outro posto e levar para aquele posto. Então tem essa vantagem também de substituição mais rápida de pessoal, e todas essas parcerias são monitoradas e são mensuradas com base no nível de serviço que é entregue.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB):Algum vereador; Bosco, Ferronato, ainda alguma questão?

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Estou satisfeito, vereadora.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Ver. Ferronato, satisfeito também? Algum aluno tem alguma pergunta? A gente está aberto, o secretário Rodrigo está à disposição para alguma colocação ou alguma dúvida. (Pausa.) Professora Rosa, tudo bem? Tranquilo, professor Róber?

SRA. ROSA ANGELA CHIEZA: Eu estou aqui lendo o artigo lá da Lei de Responsabilidade Fiscal que define gasto com pessoal, porque eu fiquei bem perplexa com essa decisão do Tribunal de Contas de 23 anos depois; a lei é de 2000; estamos em 2023; fazer essa interpretação diferente, que, aliás, se a gente olhar, eu estou com a minha Lei de Responsabilidade Fiscal aqui, que é aquele livrinho que já está todo despedaçado; eu peguei a lei atual e a lei quando foi emitida, e o § 1º do Art. 18 não se alterou; lá em 2000 já dizia que os valores dos

contratos de terceirização de mão-de-obra que se refere a substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados em outras despesas de pessoal; mas isso nunca foi contado, tanto que estagiário também não é; os municípios têm usado muitos estagiários também como substituição de pessoal, porque estagiário não é gasto com pessoal; mas, enfim, eu acho que esse tema, se isso está sendo contabilizado, depois eu vou rever o conceito de receita corrente líquida; eu acho que tem que se pensar, apesar das vantagens que o secretário colocou, como uma delas, na terceirização, no caso do médico que adoece, a terceirizada tem a obrigação de substituir, acho que é hora de repensar também esse tema da política, porque, se conta, qual era de fato... Acho que tem que reavaliar as vantagens e desvantagens de terceirizar os serviços, porque se nós olharmos para a assistência social, sem querer fazer pré-julgamento, praticamente 90% os municípios, não é nem só Porto Alegre, me corrigir se eu estiver equivocada, mas praticamente em torno de 90% o Executivo repassa dinheiro para as OSCIPs e OSCs para executar a política de assistência social. Então também, enfim, se elas vão ser na área de, secretário Fantinel, provavelmente, usaste o termo parceirização; eu não sei se parceirização são as terceirizações e as parcerias públicos-privadas; eu também não entendi; não sei qual é o conceito, mas se tiver aqui um pouquinho mais de esclarecimento; é só para a gente, já que tem tempo, para refletir um pouco, porque são todas as terceirizações, as parcerias público-privadas também; enfim, vai mudar muito isso; será que é hora de voltar a fazer concurso público para executar essas políticas ou, enfim, como equacionar essa questão que já tem escassez de mão- de-obra. Enfim, porque já estava lá no § 1º, e eu estudei o que que os municípios fizeram para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal lá atrás, e terceirização e contratação de estagiário foi uma das alternativas; quando o cobertor é curto né, vai-se buscando alternativas; se isso agora vai ser considerado pelo TCE, bom, acho que tem que reavaliar, fazer um estudo mais aprofundado. Mas, enfim, obrigada.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, professora Rosa. Eu já comunico e convido aqui todos e todas para a nossa próxima reunião CEFOR, que vai ser no dia 06, professora Rosa, e vai ser exatamente sobre esse debate. Os contratos com as terceirizadas que efetuam trabalho de cozinha, de café, de limpeza, enfim, com as escolas, estão sendo encerrados, e nós já chamamos a SMED para o próximo dia 06, que o nosso tema na CEFOR será exatamente as chamadas para parcerizações, os contatos com as terceirizadas. Nós aqui na Câmara, por nossa iniciativa, criamos a Frente Parlamentar em Defesa das Trabalhadoras e Trabalhadores de Empresas Terceirizadas. Então esse debate está muito presente e, no próximo dia 06, vai ser aqui presencial. E nós já convidamos também todos e todas a contribuírem com esse debate. O Sr. Rodrigo Sartori Fantinel está com a palavra para suas considerações finais.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Pessoal, mais uma vez, eu agradeço o espaço. Eu acho que a gente tem essa obrigação legal de vir aqui, e é o tipo de obrigação que a gente faz com prazer, porque eu acho que os números não são meus, não são de ninguém aqui da Fazenda; são números públicos, e a gente tem que vir aqui demonstrar para todos. Eu acho que esse diálogo sempre é construtivo. A própria colocação hoje do professor Robert já me fez enxergar que a gente tem que abrir um pouco mais os números ali em relação à previdência, e a gente está à disposição também para trazer outros formatos, caso vocês achem que seja necessário.

Queria agradecer a participação de todos e me colocar à disposição da CEFOR para maiores esclarecimentos, caso sejam necessários.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, secretário. Maiores esclarecimentos, maiores dados sempre são bem-vindos. Nós precisamos discutir, nos apropriarmos de mais dados. Temos, sim, sempre muitas perguntas, e vamos convidá-lo mais vezes, obviamente.

Nós agradecemos a presença de todos. Obrigada, professora Rosa e professor Robert, pela mobilização e pelos os alunos que vieram, é importante também

que se apropriem dos dados e das formas com que também o poder público faz a sua gestão, a partir das necessidades da população, e as decisões políticas que vem implementando na nossa Cidade. Estão aqui muitos temas: renúncia fiscal, terceirização, parcerizações, enfim, agora com essa alteração sobre responsabilidade fiscal, são muitos temas em que nós gostaríamos de aprofundar inclusive, certamente, convidaremos outras vezes o secretário Fantinel.

Não tem mais ninguém aqui escrito no *chat*. Não vi nenhuma mãozinha levantada.

SRA. ROSA ANGELA CHIEZA: Ver.^a Abigail. me permite mais 30 segundos para fazer um pedido para a CEFOR nos enviar a lista de presenças. Tinha também solicitado – o aluno Lucas, que faz ajudando nessa organização, criou um *link* aqui e colocou no *chat* para que todos os presentes que são alunos da UFRGS, de cursos tradicionais ou cursos de educação fiscal, para preencherem esse *link* com alguns dados para viabilizar depois o certificado. Porque a gente não conseguiu fazer o registro em tempo para ter o *link* dentro do sistema. Então era isso, todos os alunos alterem o seu nome, coloquem UFRGS na frente e preencham o *link* que o Lucas disponibilizou. Eu disponibilizei no início, e o Lucas disponibilizou, colocando algumas informações, como nome, *e-mail*, enfim, para a gente poder fazer o contato, caso não consiga identificar o nome no *site* da UFRGS, como aluno.

Eu vi que alguém disponibilizou o anuário estatístico da Prefeitura. É bem legal, vou copiar aqui, a gente pode usar bastante isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE BIGA PEREIRA (PCdoB): Eu que agradeço, professora Rosa. Aqui o Fernando coloca para a gente disponibilizar o *link* para acompanhar a discussão sobre a terceirização na educação, que vai ser no dia 06. Então a gente já pede, Juan, que disponibilize e a gente passa para a professora Rosa. A princípio, vai ser presencial, mas a gente também vê com o Juan se é possível passar o *link* para o nosso próximo encontro que vai ser sobre as terceirizações,

especialmente na educação. Agradeço a presença de todos, a participação, as perguntas, o debate, a participação no *chat*. Agradecemos ao Fantinel, um bom dia. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h19min.

TEXTO SEM REVISÃO